

Combate à corrupção Magistrados admitem alterações nas leis penais, mas a Ordem dos Advogados opõe-se

Colaboração premiada no pacto para a justiça

► A colaboração ou "delação premiada", inspirada na legislação brasileira, poderá ser proposta pelo grupo de trabalho do "Pacto para a justiça" que tem a área da corrupção e do crime económico. A hipótese foi ontem levantada por Manuela Paupério, presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), assumindo que a ideia "obteve grande consenso entre juizes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais".

Para já, entre os operadores da área da justiça, o único óbice é a posição contrária da Ordem dos Advogados. O bastonário Guilherme Figueiredo refere que a lei portuguesa atual "não é suscetível de abrigar a figura da delação premiada" em moldes similares ao do Brasil, notando já estar prevista a "especial atenuação da pena" para quem colabore com a Justiça.

"Este instituto é importante para quem investiga este tipo de crimes", disse Manuela Paupério, que integra o grupo de trabalho encarregado da criminalidade violenta, organizada e de colarinho branco.

Quanto à definição dos critérios a aplicar na colaboração premiada, a presidente da ASJP frisou que terá de ser o legislador a defini-los, admitindo contudo que os benefícios a conceder a quem colabore ou denuncie os restantes criminosos irão depender da "relevância" dessa colaboração. Para já, desconhece-se em que termos a colaboração de um arguido que aceite colaborar com a investigação pode-



Manuela Paupério é líder da Associação Sindical dos Juizes e integra o grupo de trabalho para o "Pacto para a Justiça"

rá levar à isenção, suspensão da pena ou outro benefício.

A discussão sobre a introdução da "delação" ou colaboração premiada nas leis penais portuguesas foi lançada na sequência da participação anteontem dos magistrados Carlos Alexandre (do Tribunal Central de Instrução Criminal), Sérgio Moro (juiz da operação Lava Jato, no Brasil), Baltazar Garzón (ex-juiz da Audiência Nacional de Espanha e atual líder da equipa de defesa do fundador do Wikileaks,

Líder da Associação Sindical dos Juizes diz que medida pode vir a ser proposta

Julian Assange) e Antonio Di Pietro (ex-procurador responsável pela operação Mãos Limpas, nos anos 90 em Itália) num painel sobre Justiça nas Conferências do Estoril. Todos se manifestaram favoráveis à delação premiada, desde que se exija que as denúncias sejam corroboradas por outros meios de prova. Também o PSD, pela voz da ex-ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, manifestou-se favorável à implementação da delação premiada. ●